

E O BRASIL VAI AO CAIRO? EXPECTATIVAS E CONTROVÉRSIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA REUNIÃO DE PREPARAÇÃO PARA A I CONFERÊNCIA DOS NÃO-ALINHADOS (1961)¹

Mateus José da Silva Santos²

Resumo: Este artigo analisa as diferentes abordagens dos jornais *A Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* sobre a possível participação do Brasil na Reunião dos Não-Alinhados no Cairo, em junho de 1961. Considerando as edições publicadas a partir do mês de maio daquele mesmo ano, busca-se compreender os processos de produção de sentidos acerca de tal iniciativa diplomática a partir da aplicação de premissas metodológicas vinculadas à Análise do Discurso, avaliando como uma agenda controversa no contexto da Política Externa Independente foi tratada a partir de veículos de imprensa situados em campos opostos da luta político-social nos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira. Diante de mais um processo de aproximação cautelosa entre o Brasil e os Não-Alinhados, argumenta-se que tais coberturas variaram entre um sentido de elevação de desconfiança, no caso do jornal lacerdista, e uma afirmação consciente de apoio, no contexto do periódico de Samuel Weiner.

Palavras-Chave: Política Externa Independente; Movimento dos Não-Alinhados; Política Externa Brasileira.

Abstract: This article analyzes the different approaches of the newspapers *A Tribuna da Imprensa* and *Ultima Hora* on the possible participation of Brazil in the Non-Aligned Meeting in Cairo, in June 1961. Considering the editions published from May of that same year, it seeks - to understand the processes of production of meanings about such a diplomatic initiative from the application of methodological assumptions linked to Discourse Analysis, evaluating how a controversial agenda in the context of Independent Foreign Policy was treated from press vehicles located in opposing fields of the political-social struggle in the last years of the Brazilian Democratic Experience. Faced with yet another process of cautious rapprochement between Brazil and the Non-Aligned, it is argued that such coverage varied between a sense of heightened distrust, in the case of the *Lacerdista* newspaper, and a conscious affirmation of support, in the context of the newspaper of Samuel Weiner.

Keywords: Independent Foreign Policy; Non-Aligned Movement; Brazilian Foreign Policy

Em fins de maio de 1961, o então presidente Jânio Quadros encaminhava um memorando ao Itamaraty,³ orientando o envio de Vasco Leitão da Cunha como observador brasileiro na Reunião de Preparação para a I Conferência dos Não-Alinhados no Cairo. Tal

¹ Esse texto é fruto de um processo de pesquisa em curso, no âmbito do projeto de Doutorado intitulado *Fronteiras da Independência: a política externa independente dos governos Jânio Quadros e João Goulart e as relações entre Brasil, Egito e Iugoslávia (1961-1964)*, orientado pelo Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte (PPGH-UFPel).

² Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail para contato: mateus_santos29@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7918843257483351> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

³ A data do envio do memorando é objeto de controvérsia. Nas transcrições dos bilhetinhos de Jânio Quadros ao Itamaraty, publicadas junto à oitava edição dos Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática, a data registrada foi 31 de maio. Contudo, uma consulta às edições de *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* revelou que tal informação já circulava desde o dia anterior.

iniciativa simbolizava uma resposta a uma suposta correspondência assinada por Nasser, Tito e Sukarno que, na direção do Chefe de Estado brasileiro, sondava-o acerca da possibilidade de presença de um representante do país no encontro. Além da reviravolta ocorrida após a saída de Leitão da Cunha do cargo de Secretário Geral do Itamaraty e a indicação do diplomata João Augusto de Araújo Castro para o cumprimento da função de observação no Egito,⁴ os sinais emitidos por Jânio Quadros representaram um aparente fim acerca de um conjunto de incertezas sobre a participação brasileira na Reunião do Cairo.

Importantes veículos da imprensa carioca anunciavam a participação brasileira no evento em suas edições do dia 30 de maio daquele mesmo ano. Em pequena nota, o periódico *Última Hora* reproduziu a mensagem do presidente brasileiro ao Ministério das Relações Exteriores (CONFERÊNCIA...1961), reafirmando o caráter cauteloso acerca do engajamento brasileiro em tal iniciativa multilateral. Na *Tribuna da Imprensa*, o mesmo tema foi alvo de maiores considerações. Além da confirmação da condição de observador do evento, algumas hipóteses foram levantadas acerca do que levou o governo brasileiro a tomar tal atitude. Nos desafios entre a afirmação de uma política externa universalista e os limites expressos pelo vínculo do país com o “bloco Ocidental”, a solução indicada pelo presidente representaria a exposição mais adequada acerca do conjunto de limites e possibilidades geopolíticas que influenciariam diretamente nos rumos da Política Externa de Jânio Quadros:

Ao contrário, enviando um ‘observador’ à reunião preparatória, o Brasil demonstra sua disposição de adotar uma ‘política independente’, sem chegar ao extremo – inexistindo ambiente ou clima para isto – de fugir ao bloco ocidental. Caracteriza, sim, uma aproximação com os países da chamada ‘Terceira Força’, dos quais poderá adotar eventualmente os pontos-de-vista, mesmo contrariando a sua tradicional política de apoio às iniciativas norte-americanas (BRASIL..., 1961c, p.08).

No seio de um movimento de aproximação cautelosa envolvendo o Brasil e os ditos Não-Alinhados, a posição anunciada pelo presidente e confirmada pelo Itamaraty se traduzia num difícil equilíbrio envolvendo a produção de iniciativas voltadas ao aprofundamento nos esforços de mundialização e multilateralização da PEB frente à dinâmica mais geral de

⁴ O pedido de demissão de Vasco Leitão da Cunha no final de maio de 1961 esteve relacionado com as suas discordâncias em relação aos rumos da Missão Dantas no Leste Europeu. Conforme Gianfranco Caterina (2019), tal iniciativa reunia mais de 20 membros e, sob a liderança do jornalista João Dantas, visava aprofundar as relações econômicas e culturais com os Estados Socialistas. Sua passagem pela Alemanha Oriental rendeu uma polêmica quanto a natureza dos entendimentos firmados naquele país. Diante da simultaneidade dos esforços de renegociação dos acordos financeiros com o clube de Paris e da necessidade de manutenção de boas relações com a Europa Ocidental, a possibilidade de estabelecer acordos formais com Pankow representou mais uma controvérsia acerca do papel da Missão e os potenciais atritos externos. Tal movimentação foi vista como um descompasso frente a chamada Doutrina Hallstein, que previa uma possível ruptura nas relações diplomáticas entre Bonn e os Estados que eventualmente viessem a reconhecer a República Democrática Alemã como Estado soberano

acirramento das lutas político-sociais no país. Num ambiente caracterizado pelo desenvolvimento de uma atmosfera conflituosa envolvendo a PEI (SANTOS, 2022), mobilizada pela condição estratégica da inserção internacional do Brasil para a articulação de diferentes agendas de interesse de atores individuais e coletivos, o debate intelectual e político sobre Política Externa alcançou certa diversificação (MANZUR, 2009), reflexo da existência de heterogêneas leituras acerca do lugar a ser ocupado pelo Brasil na arquitetura política global.

Em tal cenário, enquanto expressões de uma “imprensa em transição” (ABREU, 2008, ver p.), periódicos como *Última Hora* e a *Tribuna da Imprensa* se destacaram no exercício de produção de sentidos sobre temas envolvendo a Política Externa, abordando, a partir de distintos vieses, ações e intenções do governo Jânio Quadros na formulação de tal política pública. Constituindo uma das agendas mais controversas envolvendo as características mais gerais do conjunto de princípios e ações que regeria a PEI nos seus primeiros meses de existência, as movimentações brasileiras na direção dos ditos Não-Alinhados eram vistas com atenção por parte de diferentes interlocutores da vida política nacional, inclusive os jornais. Nas inquietações acerca da natureza das mudanças empreendidas pelo presidente brasileiro e nas consequências mais gerais da atuação da diplomacia em meio a um sistema internacional em transformação, as expectativas quanto ao nível de engajamento do país na direção de determinadas iniciativas emergentes no interior do Terceiro Mundo alimentou parte dos debates sobre o passado, o presente e o futuro da Política Externa nos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira (1945-1964).

Nesse sentido, esse artigo analisa as abordagens dos referidos jornais acerca da possibilidade e, posterior, confirmação da presença brasileira na Reunião do Cairo. Considerando as edições publicadas ao longo do mês de maio de 1961, busca-se avaliar as impressões registradas por tais periódicos ao longo do período em questão, num complexo processo envolvendo expectativa e controvérsia frente a uma agenda relevante no âmbito da PEI. No exercício metodológico da chamada Análise do Discurso, a hipótese a ser trabalhada diz respeito a compreensão das diferenças de olhares produzidos a partir de tais periódicos por meio de um denominador comum: as fronteiras possíveis entre uma Política Externa proclamada como independente e o Não-Alinhamento como um tipo de inserção internacional. Ao se debruçarem de diferentes maneiras acerca das movimentações do Brasil acerca da Reunião do Cairo, *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* consolidariam diferentes posições no âmbito do debate intelectual e político sobre a PEI, expressando apoio ou ainda mais desconfiança respectivamente.

Tal análise será dividida em quatro partes. Num primeiro momento, discutem-se as características mais gerais do desenvolvimento da PEI nos poucos meses de governo Jânio Quadros, com destaque para o seu sentido de aprofundamento acerca de tendências mais gerais já registradas na PEB em parte dos anos 1950. Em seguida, estabelecem-se uma leitura sobre o desenvolvimento do chamado Não-Alinhamento, pensado tanto na condição de um tipo de inserção internacional autonomista no seio do Terceiro Mundo, quanto na base para afirmação de uma iniciativa multilateral particular. Num terceiro instante, abordam-se a trajetória dos periódicos destacados nessa análise, com destaque para seus respectivos desenvolvimentos num contexto de transformação estrutural em parcela da Imprensa Brasileira. Por fim, destacam-se algumas das principais marcas envolvendo as abordagens dos jornais sobre a possibilidade de presença do Brasil entre os ditos Não-Alinhados, com destaque para os esforços de reconhecimento das principais questões que envolviam o processo decisório acerca de tal temática, bem como das implicações geopolíticas inscritas nas alternativas expressas naquele contexto.

1. Tempos de transformação na Política Externa? Desafios entre os signos de continuidade e mudança a partir da PEI

Em entrevista publicada em *O Cruzeiro* no mês de junho de 1961, o então chanceler Afonso Arinos de Melo e Franco reagiu as críticas emergentes a partir de figuras públicas como o cardeal Dom Jayme Barros Câmara sobre os sentidos mais gerais de mudança na PEB durante o governo Jânio Quadros. Na defesa da PEI, o udenista desenvolvera um processo de ativação de memória acerca de uma suposta tradição diplomática, filiando a sua gestão no Itamaraty a um determinado *ethos* desenvolvido pela instituição:

D. Jaime é uma das muitas pessoas de reponsabilidade mal informadas sobre o Govêrno. Não tem motivos para se inquietar com a linha traçada pelo Presidente para a nossa política exterior. O Itamaraty continua fiel aos princípios lançados pelos estadistas do Império. O Marquês do Paraná, Visconde do Uruguai, Marquês de São Vicente, Visconde do Rio Branco, todos foram pela independência do nosso País em face das questões internacionais, pela mediação quando esta se tornasse aplicável pela não intervenção no caso de ser a solução mais justa (CAETANO, 1961, p.21).

Anos mais tarde, em *Interesse Nacional e Política Externa*, José Honório Rodrigues estabeleceria semelhante raciocínio, ao filiar a PEI dentro de uma tradição independentista de política externa, que se perdera em parte da primeira metade do século XX. Nesse sentido, os tempos de Jânio Quadros representariam um sentido de reencontro do Brasil com os primeiros passos em sua trajetória enquanto Estado soberano, estabelecendo diferentes relações envolvendo continuidade e mudança no âmbito da sua histórica atuação diplomática.

Entre adversários da PEI, uma produção de sentidos a partir da avaliação de seus resultados e das formas de condução dessa política pública também assumia como importantes variáveis o jogo envolvendo continuidade e mudança. Sujeitos como o Almirante Carlos Pena Botto sugeriam um aparente descompasso entre as supostas linhas de continuidade da PEB e as iniciativas sugeridas pelo governo Jânio Quadros:

Um pequeno raciocínio o provará. Qual tem sido a tradição diplomática do Brasil? – Tem sido a do constante e infalível repúdio aos ditadores, aos tiranos, e o da simpatia e apoio aos povos oprimidos; isto pelo menos até haver recentemente tomado, no desastrado regime Kubitschek, a decisão de comerciar com a Rússia e de estabelecer relações com alguns dos países satélites.

Esta foi invariavelmente a nossa tradição no Império; e também na República, enquanto não passou às mãos de Presidentes de baixa cota e de políticos desclassificados. E agora, o que faz a diplomacia brasileira neste incipiente regime presidencial? – Olvida por completo os povos oprimidos da Rússia; nega, malgrado toda evidência, o jugo bolchevista imposto à nação cubana; exalta déspotas repugnantes do tipo Kruschew, Tito e Mao Tse-Tung; corteja <<neutralistas>> oportunistas do estofo dos Sukarnos, Nassers, Nehrus; verte lágrimas sobre o cadáver do comunista Lumumba e se esquece dos seis milhões de camponeses trucidados na Ucrânia por Kruschew (com o diabólico emprêgo da <<fome artificial>>), das centenas de milhares de croatas assassinados por ordem de Tito, dos cubanos fuzilados de encôsto ao <<paredón>> pelo sanguinário comunista Fidel Castro (o grande amigo do Presidente e do seu Chanceler...) (BOTTO, 1961, p. 127).

No jogo semântico envolvendo as categorias “opressão” e “ditadura”, a produção de um olhar crítico acerca das posturas adotadas pela diplomacia brasileira desde ao menos 1959, e aprofundadas ao longo do governo Jânio, chamam atenção para a atribuição de um sentido negativo ao signo da mudança, culminando com um sentido de incerteza e temor acerca da posição do Brasil a partir de uma compreensão rígida sobre a bipolaridade sistêmica. Outro personagem a criticar a PEI sob as marcas da promoção de uma descontinuidade histórica foi Carlos Lacerda. Em seu pronunciamento às vésperas da Renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, o então governador da Guanabara criticaria o que enxergava como uma espécie de concentração da formulação da PEB nas mãos do presidente da República, afastando-se de um conceito de condução esperado num ambiente classificado como democrático. Em meio ao contexto protagonizado por Jânio, estaria o Brasil supostamente a adotar princípios e ações que não condiziam com certo horizonte de expectativa traçado pelo udenista:

Isto exclui esta inovação, que é a louvação e adesão escandalosa do Brasil a linhas que não são suas, a interesses que não são os seus, a propósitos contrários aos seus propósitos, a ideais que a nós repugnam, em nome de uma pseudo maioria que na realidade não existe; pois não há artifício de propaganda, não há sofisma neste mundo, capaz de disfarçar uma realidade:

a imensa maioria do povo brasileiro repele o comunismo (LACERDA, 1963, p.331).

Considerando a PEI como uma espécie de desvio das expectativas de uma suposta maioria da população que faria do combate ao comunismo uma condição de interesse nacional a estruturar as relações exteriores do país, Lacerda também mobilizaria a dicotomia entre continuidade e mudança enquanto recurso de análise da Política Externa. Desse modo, diferentes relações entre presente e passado eram estabelecidas enquanto variável de produção de sentidos acerca dos rumos das relações exteriores, ocupando relevante espaço no quadro da luta política multifacetada envolvendo diferentes perspectivas acerca da política internacional e do lugar a ser ocupado pelo Brasil em tal arquitetura.

Se um olhar retrospectivo acerca do papel da PEI se tornou um recurso de disputa dos rumos dos esforços de mundialização e multilateralização da PEB no início dos anos 1960, a historiografia sobre o tema também se debruçou sobre tal questão. Conforme pontua Luiz Fernando Ligiéro (2011), a produção especializada em Política Externa se notabilizou pela afirmação de um relativo dissenso acerca da intensidade das mudanças ocorridas nos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira, estabelecendo diferentes relações entre a PEI e a trajetória da PEB no Pós-Guerra. Na proposta de uma perspectiva ampliada sobre uma Historiografia da PEI, ao considerar produções emergentes de diferentes campos de conhecimento, Thiago Pereira Caldas Brum (2008) reconhece um princípio de divisão entre as análises a partir do debate envolvendo níveis de continuidade e descontinuidade histórica. Na visão deste autor, a origem de tais divergências se daria em função do estabelecimento de diferentes ângulos de análise, variando entre a valorização das ações diplomáticas e a relação estabelecida entre a Política Externa e outras agendas estratégicas para o Estado brasileiro no período, como o desenvolvimento nacional.

Dialogando com tal perspectiva de análise bibliográfica sobre a historiografia da PEI, outra via de análise dos dissensos diz respeito a produção de diferentes linhas explicativas acerca da relação entre a Política Externa de Jânio Quadros frente a trajetória da PEB ao longo de governos anteriores reside a partir do estabelecimento de balizas temporais indicadoras dos níveis de continuidade e descontinuidade na trajetória das relações exteriores a partir de 1950. Na compreensão da PEI enquanto uma espécie de aprofundamento de tendências registradas ainda na década anterior, Paulo Fagundes Vizentini articulou os esforços de retomada da chamada estratégia de barganha como um dos vetores básicos da

inserção internacional do Brasil após o retorno de Vargas a Presidência,⁵ num contexto marcado pela produção de novas expectativas acerca do papel da Política Externa enquanto instrumento de apoio à concretização de agendas estratégicas no âmbito da política doméstica:

O crescimento econômico e a progressiva afirmação de um novo perfil sócio-político da sociedade brasileira impunham novas demandas à política exterior. O período abria-se com o incremento da urbanização e da industrialização, a afirmação de uma burguesia industrial, de segmentos médios urbanos, de uma jovem classe operária e de outros trabalhadores urbanos e rurais. O sistema político tinha de responder à crescente participação popular, enquanto as contradições da sociedade brasileira constituíam um terreno fértil para os conflitos sociais. Assim, Vargas viu-se na contingência de retomar o projeto de desenvolvimento industrial através da substituição de importações, incrementando a indústria de base (VIZENTINI, 2003, p. 203).

Articulada com os novos desafios de uma sociedade em transformação, a PEB ao longo dos anos 1950 se caracterizaria por uma série de oscilações envolvendo fases de maior interesse pela ampliação geográfica da atuação internacional do país e momentos de maior retração a partir da retomada de premissas que priorizavam as relações do país com o eixo hemisférico-Occidental. A partir de tal leitura, Paulo Fagundes Vizentini propõe um princípio de periodização da PEB na mesma década, considerando a existência de ao menos três fases que antecederam a PEI. Numa primeira fase, coincidindo com o retorno de Vargas ao Palácio do Catete, as movimentações mais gerais envolvendo a Política Externa se orientaram pelo sentido de recuperação da capacidade de manobra do Brasil frente aos EUA, num movimento de distanciamento em relação ao alinhamento do Governo Dutra. Além do desenvolvimento de uma política de oscilações em relação aos EUA, as ações externas do Brasil nos primeiros anos da década de 1950 se notabilizaram por um tímido processo de diversificação de relações externas, reunindo movimentos de aproximação frente a outros Estados latinoamericanos e iniciativas na direção de outras partes do globo, tais como a Europa Occidental e o Oriente Médio. Tal fase foi abalada pela crise doméstica que emergiu ao longo da segunda metade do governo Vargas, além de “uma progressiva deterioração” das relações envolvendo o Rio de Janeiro e Washington (VIZENTINI, 2004, p.61).

Entre o início do Governo Café Filho após o suicídio de Vargas e o lançamento da chamada Operação Pan-Americana (OPA), constituiu-se um princípio de retração na atuação externa do Brasil. Classificando tal fase como um “Hiato”, Paulo Fagundes Vizentini destacou o protagonismo da chamada diplomacia da Escola Superior de Guerra (ESG), orientada pela prioridade ao eixo Leste – Oeste e pela retomada de alinhamentos do país

⁵ A essência da Política de Barganha residiu no apoio estratégico aos EUA em troca de recursos econômicos para o projeto interno (VIZENTINI, 2004).

frente aos EUA e Portugal. Mesmo no interior da valorização de premissas vinculadas ao discurso da Guerra Fria a partir da ótica da bipolaridade rígida, sentidos de transformação na política internacional estimulavam o Brasil a se engajar, ainda que limitadamente, em iniciativas como a participação na Força de Emergência das Nações Unidas (FENU) a partir de 1957.

Diante de um cenário econômico adverso com a elevação do custo de vida, a queda no preço do café, aumento no endividamento externo e pressões oriundas de diferentes segmentos da sociedade em busca na defesa de seus interesses, as contradições do projeto nacional-desenvolvimentista, acompanhado pelo fracasso nas tentativas de maximização de resultados junto aos EUA, estimulou o desenvolvimento de uma nova fase na PEB. Para Paulo Fagundes Vizentini (2004), o lançamento da OPA representava um marco para um novo esforço autonomista, acompanhado por diferentes medidas que visavam ampliar as relações econômicas e diplomáticas do Brasil com outros atores regionais e globais no Leste Europeu e no Terceiro Mundo. O sentido de transição indicado por aquele autor é ponto de partida para outras perspectivas acerca da trajetória da PEB antes dos tempos de Jânio Quadros e João Goulart. Sem desconsiderar as linhas de continuidade entre Vargas, JK e Jânio, Braz José de Araújo atribui ao período que sucede a criação da OPA como o início de uma política externa classificada como “independente”:

A política externa dos dois últimos anos do governo Kubitschek marca o início de uma elaboração brasileira de ‘política externa independente’, significando novas articulações na América Latina para fortalecer as posições e os interesses do desenvolvimento econômico do país. O Convênio Latino-Americano do Café, a criação do BID e da ALALC são resultados dessa política. A política de Kubitschek significa também a busca de novos produtos brasileiros, incluindo-se os países do leste europeu, da Ásia e da África (ARAÚJO, 1996, p.356).

Na intersecção entre uma perspectiva de revisão do pan-americanismo em favor dos objetivos de desenvolvimento nacional e alteração das principais bases da política estadunidense para a América Latina, além do aceno a uma perspectiva de reorientação da ação diplomática a partir de um quadro de transformação global, a PEB nos últimos tempos do governo JK corresponderia ao estabelecimento de um novo passo na direção de uma ação classificada como mais universalista. Para Luiz Alberto Moniz Bandeira, tais transformações também foram orientadas a partir da dinâmica de aprofundamento da luta político-social no país:

Não havia, portanto, recursos suficientes para atender às crescentes demandas econômicas e sociais da classe trabalhadora, que, robustecida quantitativa e qualitativamente pela própria industrialização, adquirira maior peso político, e, ao mesmo tempo, manter a taxa de investimentos

necessários à continuidade da expansão capitalista do Brasil. A busca de novos mercados no exterior não apenas para o café e outros produtos primários, mas também para o excedente de manufaturas, conformou-se, então, como alternativa, o que implicava a reorientação da diplomacia para a África e a América Latina, com a perspectiva de ter de concorrer com a Europa, o Japão, e, sobretudo, os Estados Unidos (BANDEIRA, 2011, p.79-80).

Diante das crescentes pressões de classe e dos desafios de manutenção de um projeto de desenvolvimento em meio aos primeiros sinais de esgotamento do modelo predominante ao longo do governo JK, novos horizontes para a PEB foram estabelecidos em meio à busca pela ampliação dos mercados externos e maiores condições para uma projeção internacional assertiva. Nesse ambiente, o então candidato Jânio Quadros realizou ao longo do primeiro semestre de 1959 uma longa viagem internacional, num roteiro que contemplaria diferentes países da Europa, África e Ásia. Além do Egito, Jânio esteve no Japão, URSS, Iugoslávia, Itália, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Índia, Turquia e outros Estados no Oriente. Se tal deslocamento visava reforçar a imagem de um candidato supostamente acima dos partidos e das articulações políticas em torno de sua própria candidatura (CHAIA, 1991), a iniciativa janista também assumia importantes repercussões para o amadurecimento de um projeto de Política Externa a partir de um governo sob sua liderança. Ao longo dos meses em que esteve no exterior, Jânio Quadros estabeleceu contatos diretos com diferentes Chefes de Estado e Governo, tais como Tito na Iugoslávia e Nasser no Egito, compartilhando impressões acerca do presente e futuro da política internacional e as possibilidades do Brasil em meio a um contexto de transformação.

Seus acenos em favor de uma política externa de viés autonomista e universalista ocuparam algum espaço ao longo do debate político e intelectual acerca da inserção internacional brasileira. Além da promoção de um relativo dissenso entre o presidenciável e sua base de apoio majoritariamente conservadora, as perspectivas apontadas por Jânio antes mesmo dos anos 1960 sinalizavam com algumas das principais medidas a serem executadas ou anunciadas durante seu curto governo. Entre as agendas que possuíam raízes em tal experiência internacional estava a aproximação cautelosa com os ditos Não-Alinhados.

As passagens de Jânio pelo Egito e pela Iugoslávia renderiam importantes capítulos políticos acerca da caracterização desse momento histórico. No país africano, os contatos diretos estabelecidos junto a Gamal Abdel Nasser renderiam não apenas maiores atributos ao que se considerava enquanto uma admiração do brasileiro em relação ao líder egípcio (QUELER, 2008; SANTOS, 2022), mas também um ponto de partida possível para o incremento das relações entre os dois países a partir de 1961. Nos Balcãs, o encontro entre

Josip Broz Tito e Jânio Quadros seria revestido de um caráter simbólico e prático. Na ocasião, o brasileiro teria discutido “a situação dos países em desenvolvimento e alguns dos pormenores das ideias de Tito a respeito do que seria, em 1961, a reunião dos países Não-Alinhados” (BARBOSA, 2013, p.224). Anos depois, na condição de presidente da República, Jânio buscava estreitar os laços com os iugoslavos, estimulando uma possível visita do Marechal de Ferro ao Brasil, um dos diferentes representantes entre os ditos Não-Alinhados que estariam na mira do Chefe de Estado brasileiro para a realização de agendas oficiais em Brasília.

Além das linhas de aprofundamento histórico envolvendo a PEI e o contexto político-diplomático dos anos 1950, outras perspectivas acerca da trajetória da PEB durante os últimos anos da Experiência Democrática Brasileira assumem um sentido de ruptura histórica. Entre os defensores de tal ponto de vista, encontra-se Rubens Ricupero. Em *A Diplomacia na Construção do Brasil*, o ex-diplomata estabelece uma fissura entre os tempos de JK e os anos de formulação e implementação da PEI. Dialogando criticamente com a perspectiva de Brás José de Araújo, Ricupero chama atenção para o caráter descontínuo da PEI frente aos anos 1950:

Quem sabe se deva a esse contraste e, mais ainda, às incoerências e ambiguidades do presidente que um estudo como o de Brás José de Araújo subestime, a meu ver equivocadamente, o significado mais duradouro e profundo da contribuição de Jânio. De acordo com essa visão, ‘a política externa de Jânio Quadros se apropria dos elementos básicos de Kubitschek e não inova muito’, mudando, sobretudo, o estilo e a retórica. Em realidade, muito além desses aspectos formais do varejo, a diplomacia janista marca o verdadeiro momento de ruptura com o passado em termos do atacado da política exterior. Hoje, aliás, é quase consensual datar o ponto de partida da política externa independente desse curto período presidencial, o que não se sustentaria caso ela não passasse de continuação da diplomacia anterior (RICUPERO, 2017, p. 410).

Apesar do descompasso entre intuição e execução, a PEB nos tempos de Jânio Quadros se caracterizaria pela constituição de um novo paradigma de atuação externa, num processo emancipatório do pensamento sobre o lugar a ser ocupado pelo Brasil no sistema mundial e na afirmação de um tipo de inserção internacional universalista. Um sentido paradigmático sobre a PEI também foi afirmado por Letícia Pinheiro (2004). Para esta autora, os governos Jânio Quadros e João Goulart foram marcados pelo lançamento de um paradigma globalista nas relações exteriores, na valorização do processo de diversificação de parcerias externas como vetor de construção de autonomia nas relações internacionais.

Em meio à diversificada historiografia da PEI, filiamo-nos as contribuições que avaliam tal período a partir da lógica da continuidade. Sem desconhecer as inovações

propostas pelos governos Jânio Quadros e João Goulart, acreditamos que as características básicas da Política Externa no início dos anos 1960 se alimentaram dos debates e dos esforços de mundialização e multilateralização da PEB na década anterior. Nesse sentido, a PEI se traduz como uma espécie de resposta governamental aos desafios de transformação doméstica e sistêmica, incorporando parcela dos dissensos sobre a atuação externa do Brasil, até então, prioritariamente orientada para o eixo Ocidental-Hemisférico.

Reunindo um conjunto de princípios e ações que visavam projetar o Brasil internacionalmente a partir de uma renegociação de sua posição na aliança com o Ocidente capitalista nos marcos do Conflito Leste-Oeste e estabelecer algum protagonismo entre os países subdesenvolvidos no eixo Norte – Sul, a PEI apresentou diferentes eixos de atuação do país, destacados por San Tiago Dantas da seguinte maneira:

A.contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; B. reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos; C. ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; D. apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole (DANTAS, 2011, p.10).

Além da perspectiva da construção de uma “formulação autônoma de desenvolvimento” (DANTAS, 2011, p.10), os principais eixos constituidores da PEI dialogariam com os objetivos de superação dos entraves estruturais e conjunturais que afetavam a manutenção do projeto de industrialização do país, além de garantia de uma projeção externa pautada pela valorização de uma suposta excepcionalidade brasileira, capaz de promover importante interlocução entre as diferentes arenas geopolíticas do mundo no Pós-Guerra.

Apesar de constituir um “projeto coerente, articulado e sistemático” (VIZENTINI, 2004, p.245), a PEI se notabilizou pela existência de diferentes fases ao longo de seus quatro anos de existência. Durante o governo Jânio Quadros, algumas iniciativas chamaram atenção. Do ponto de vista da política hemisférica, além da defesa da autodeterminação cubana, destacou-se a busca pelo estreitamento de laços com a Argentina de Arturo Frondizi, expresso pelo Encontro de Uruguiana. Em relação ao mundo socialista, o interesse pela ampliação nos laços comerciais se materializou pelo envio de missões como a João Dantas e a Leão de Moura a diversos países da região, incluindo a URSS. Sobre Moscou, alguns passos para o reatamento de relações diplomáticas foram dados ainda no governo Jânio Quadros, em que pese tal medida ter sido efetivada durante a chancelaria de San Tiago Dantas.

Frente ao avanço dos processos de descolonização no continente africano, diferentes iniciativas de aproximação dos Estados recém-independentes foram impulsionadas. Apesar

das controvérsias envolvendo as posições frente ao colonialismo francês e português, procurou o Brasil adotar uma postura mais firme em relação ao tema. Além disso, a perspectiva de um relacionamento sob algumas bases multifacetadas foi afirmada a partir dos esforços de constituição de agendas comerciais envolvendo as duas partes do Atlântico, a abertura de representações diplomáticas em diferentes Estados e o fornecimento de bolsas de estudo para africanos.

Sobre os ditos Não-Alinhados, o Governo Jânio Quadros estabeleceria uma complexa relação que envolveria não somente os esforços de promoção de um movimento de aproximação, mas também um conjunto de incertezas sobre a própria natureza da PEI. No primeiro plano, além do interesse de ampliação das relações bilaterais com alguns dos principais expoentes desse tipo de inserção internacional emergente no seio do Terceiro Mundo, o reconhecimento de agendas de interesse comum como o desarmamento, o desenvolvimento e a descolonização faziam parte de um conjunto de elementos que favoreciam uma vinculação, ainda que tímida, entre o país e os ditos Não-Alinhados. Contudo, um processo de filiação formal teria sido comprometido, segundo Afonso Arinos, pela avaliação feita pelos *policy makers* da PEI sobre as impossibilidades de uma liderança brasileira no Movimento dos Não-Alinhados, além da pouca margem de manobra existente para tal exercício num contexto de acirramento das tensões hemisféricas após o aprofundamento da Revolução Cubana. Nesse sentido, no paradoxo de um tipo de neutralismo que se rejeita a ser reconhecido como tal, as movimentações da diplomacia brasileira nos primeiros meses da PEI se dariam no interior de uma espécie de fronteira geopolítica do discurso dito independentista, em que semelhança e diferença se relacionariam simultaneamente a partir do desafio do estabelecimento de autonomia no contexto da Guerra Fria e liderança entre o conflito pelo desenvolvimento.

Tal quadro, em maior ou menor medida, foi acompanhado por diferentes atores interessados pelos rumos da PEI. Nos esforços mais gerais de compreensão das iniciativas janistas sobre a Política Externa, periódicos como o *Última Hora* e o *Tribuna da Imprensa* se notabilizaram pela produção de sentidos distintos sobre diferentes agendas envolvendo a diplomacia brasileira no exterior, incluindo as movimentações sobre um princípio de aproximação com os ditos Não-Alinhados. Antes de tal avaliação, cabe estabelecer algumas características sobre a atuação de tais veículos jornalísticos num contexto de transformação estrutural em parte da imprensa brasileira.

2. *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa*: Múltiplas Faces de uma Imprensa em Transição

Separados por quase dois anos em relação às datas de fundação, *Tribuna da Imprensa* (1949) e *Última Hora* (1951) se tornaram referenciais no âmbito da imprensa carioca acerca de um processo de modernização do jornalismo brasileiro no Pós-Guerra. Classificado por Alzira Alves de Abreu como uma “imprensa em transição” (2008, p.15), tais periódicos foram protagonistas em meio ao conjunto de mudanças gráficas, técnicas, editoriais e organizacionais sofridas por parte da imprensa, num processo de transformação das relações econômico-financeiras e políticas diante de uma sociedade em transformação. Tal fase foi influenciada por processos como a profissionalização da atividade jornalística e a incorporação de perspectivas vinculadas ao jornalismo estadunidense, dentre elas, a elaboração de um conceito objetivo de notícia que, em linhas gerais, valorizava a dimensão da informação em detrimento da opinião. Apesar das marcas de uma suposta neutralidade, esse tipo de jornalismo no Brasil não deixou de assumir um caráter político, tendo um papel ativo num ambiente de transformação da sociedade.

Criada no final dos anos 1940, a *Tribuna da Imprensa* teve uma trajetória inicial que se confundiu com a própria caminhada de seu fundador: Carlos Lacerda. Fazendo referência a antiga coluna do jornalista ao longo de sua passagem pelo *Correio da Manhã*, o novo periódico apresentava suas marcas no interior da luta político-partidária desde o seu nascedouro. Conforme Marina Gusmão de Mendonça (2002), o contexto de fundação do jornal foi marcado pelas disputas sobre a exploração do petróleo nacional, estando Lacerda entre os defensores de uma maior participação do capital estrangeiro em tal processo. Assim, na contramão de segmentos que abertamente defendiam uma solução baseada num maior protagonismo do Estado, *Tribuna da Imprensa* se tornaria uma espécie de porta-voz de “teses antinacionalistas” e “antipopulares” (MENDONÇA, 2002, p.102), atribuindo diferentes sentidos para agendas estratégicas em disputa ao longo dos anos 1950.

O protagonismo de Lacerda no jornal foi atestado por Stefan Baciú em suas memórias sobre o *Tribuna da Imprensa*:

Acredito que o começo da administração Lacerda no Governo do Estado da Guanabara significou também o começo do fim da ‘velha *Tribuna*’, e nisto não há nada de inesperado nem extraordinário. Ninguém teria sido capaz de administrar bem as duas coisas ao mesmo tempo. Além disso, como já salientei várias vezes, a *Tribuna* era essencialmente o ‘jornal de Carlos Lacerda’, e seu programa estava sintetizado naquele lema tão pessoal: ‘um jornal que diz o que pensa porque pensa o que diz’ (BACIU, 1982, p.127).

Referencial político de seu fundador, as marcas de Carlos Lacerda no periódico não se dariam apenas pela afirmação de certa personalidade a partir do estilo jornalístico e de sua identificação no meio popular. Segundo Ana Maria de Abreu Laurenza (2012), o udenista também se notabilizaria pelos esforços de concentração das edições jornalísticas, assumindo, pra si, certa influência no processo de produção e organização da notícia. Nesse sentido, o “jornal que diz o que pensa porque pensa o que diz” se transformaria numa das formas de inserção de Lacerda nos debates públicos, atuando (ROSA, 2017), ao mesmo tempo, como sujeito e objeto na luta político-social brasileira.

Fundado em 1951 por Samuel Weiner, o *Última Hora* assumiria uma posição distinta do jornal de Carlos Lacerda no âmbito dos debates mais gerais sobre o Brasil a partir de então. Considerado como um periódico de penetração entre a opinião pública (ABREU, 2008,), logo se transformaria em um espaço privilegiado de divulgação de teses e perspectivas desenvolvimentistas, reunindo, de forma direta e indireta, figuras vinculadas ao trabalhismo e outros segmentos nacionalistas (LAURENZA, 2012; FIDELIS, 2021). Os vínculos de Weiner, seu periódico e os meios varguistas assumiriam contornos públicos e controversos com o lançamento da chamada CPI do *Última Hora*. Tal episódio atrelaria ainda mais a imagem do jornal frente ao Palácio do Catete, consagrada posteriormente com a cobertura oferecida no contexto do suicídio de Vargas e em outros episódios marcantes da vida política brasileira, como a fracassada tentativa de impedimento da posse de JK.

Num sentido de continuidade quanto à condição de atores políticos nos tempos da Experiência Democrática Brasileira, *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* estabeleceram diferentes relações com a PEI, chamando atenção para as intersecções entre a Imprensa e a Política Externa enquanto objeto de pesquisa. Diversos autores estabeleceram tal exercício considerando o mesmo período histórico em questão. Charles Sidarta Machado Domingos (2010) analisou as abordagens do periódico gaúcho *O Correio do Povo* sobre o processo de reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e URSS. A partir dos periódicos *A Tribuna da Imprensa* e *O Estado de São Paulo*, Rafael Sales Rosa analisou o processo de construção de sentidos sobre a PEI nos governos Jânio Quadros e João Goulart. Em relação ao primeiro periódico, o autor apontou a existência de um processo de mudança discursiva ao longo do período de implementação da PEI, passando de um “apoio irrestrito” para uma “oposição militante” (ROSA, 2017, p.65). Tendo como pontos mais sensíveis a aproximação do Brasil com os países socialistas e as posições expressas durante a questão cubana, as transformações na posição do periódico se tornariam mais visíveis já nos momentos finais do governo Jânio Quadros.

A partir dos editoriais de *O Estado de São Paulo* e da *Folha de São Paulo*, Ismara Izepe de Souza (2018) analisou as posições dos dois periódicos de destaque no interior da imprensa paulista, apontando para a construção de visões maniqueístas sobre a PEI, ainda que em diferentes intensidades e argumentações. O exercício desenvolvido por esta autora ressaltou a importância da dimensão do conflito no contexto da PEI, mobilizando diferentes setores e atores diante da importância dos rumos da PEB.

Compreendendo a imprensa como “linguagem constitutiva do social” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258), busca-se avaliar as diferentes interações envolvendo a *Tribuna da Imprensa* e o *Última Hora* com a PEI, destacando, de modo especial, as abordagens sobre a participação do Brasil na Reunião do Cairo. Entre notas e textos de opinião, os rumores e, posteriormente, a confirmação da presença brasileira no país africano constituiu uma agenda importante no contexto de reafirmação das posições dos periódicos sobre a Política Externa, transitando entre a elevação da desconfiança do jornal lacerdista frente às iniciativas de Jânio e da demonstração de simpatia do periódico de Samuel Weiner em relação à condução dessa política pública.

3. No caminho da “Terceira Força”? Diferentes sentidos sobre a participação do Brasil entre os ditos Não-Alinhados

Entre artigos de opinião, notas, reportagens e editoriais, os periódicos selecionados para a análise desenvolveram um relativo acompanhamento sobre as possibilidades de participação do Brasil na Reunião dos Não-Alinhados ainda nas primeiras semanas do Mês de Maio. Os preparativos para o encontro receberam inicialmente pouco destaque. Na *Tribuna da Imprensa*, uma pequena nota de origem da agência transnacional *United Press* anunciava as movimentações lideradas por Nasser e Tito para a organização de uma “conferência de cúpula” sobre “o futuro da paz mundial” (NASSER..., 1961a, p.05). Sem trazer maiores detalhes sobre os países convidados, o texto em questão chamou atenção para o interesse dos dois Chefes de Estado em contar com a presença de Estados latinoamericanos entre os ditos neutralistas. Dias depois, em 9 de maio de 1961, o *Última Hora* deu breve destaque a organização do mesmo evento. Dando destaque para a confirmação da participação de Nehru no encontro, o texto vinculado à agência France Press também chamou atenção para a liderança iugoslava e egípcia em tal iniciativa (NEUTRALISMO, 1961, p. 01), contando também com alguns acenos no continente africano e na América Latina.

A relevância atribuída a Nasser e Tito no interior de tal movimentação se aproxima com outras percepções contemporâneas e extemporâneas ao período. Para Mohamed Hassanein Heikal (1972), o *rais* egípcio e o Marechal de Ferro desenvolveram uma amizade e

um relacionamento político estreito ao longo de quase duas décadas, expresso nas dezenas de encontros e trocas de correspondências entre Belgrado e o Cairo. Estimulada pelas viagens de Tito a África em 1961, os dois líderes seriam responsáveis por abrirem os caminhos para a realização da Conferência (NIEBUHR, 2018), ativando ações diplomáticas em prol da consolidação de um seleto grupo de Estados no Terceiro Mundo que pudessem participar de tal iniciativa. Enquanto Sukarno vislumbrava uma nova Bandung e Nehru se preocupava em fortalecer individualmente a posição indiana, Nasser e Tito aspiravam uma reunião de promoção de consenso sobre diversas agendas de interesse do mundo em desenvolvimento, articulando tal ação em virtude da atuação desses Estados na ONU.

Se os primeiros textos sobre a Reunião não sugeriam diretamente a existência de um convite para o Brasil, pouco tempo depois a possibilidade começou a ser tratada pelos jornais. Em 11 de maio de 1961, abordando a visita de Sukarno ao Brasil, um texto de opinião no *Última Hora* tratou sobre a posição mais geral do Brasil na arquitetura política global, considerando as movimentações diplomáticas dos Não-Alinhados e o interesse pelos rumos da PEI. Reafirmando o protagonismo de Nasser e Tito na iniciativa multilateral que se desenhou, o artigo correlacionava a visita do líder indonésio aos esforços da chamada “Terceira Força” em ampliarem sua zona de influência na direção da América Latina. Mesmo sem atribuir a Sukarno uma condição de liderança na construção da Reunião do Cairo, sua presença no Brasil foi observada como mais um passo na produção de uma aproximação entre Brasília e os ditos Não-Alinhados. A expectativa quanto a presença brasileira contrastava com um princípio de incerteza sobre a natureza da PEI. Num jogo semântico envolvendo a mobilização da categoria “não-comprometido” enquanto atributo geopolítico para a movimentação autonomista no Terceiro - Mundo, um engajamento brasileiro em tal frente se tornaria objeto de uma aparente “confusão” frente as características básicas da PEB até então:

‘Não comprometido’, no vocabulário do neutralismo significa isento de vínculos de dependência em relação aos dois grandes blocos liderados pela URSS e pelos Estados Unidos. Estará o Brasil incluído nessa categoria, sob o Governo Jânio Quadros? Consideram-no como tal os líderes da Terceira Força. Eis uma pergunta que a visita do Presidente Sukarno poderia contribuir para esclarecer. Até o momento, pelo que se sabe o Brasil é um país integrado no sistema interamericano e ‘membro nato do mundo ocidental e cristão’, mas com inclinações neutralistas – situação bastante confusa (TERCEIRA..., 1961, p.06).

Se a visita de Sukarno ao Brasil supostamente se traduzia em parte dos esforços de ampliação do raio de ação dos ditos Não-Alinhados na direção da América Latina, tal movimentação, para o *Última Hora*, poderia ser útil ao solidificar a posição brasileira na arquitetura política global. Relacionando o Não-Alinhamento ao conceito de autonomia frente

ao conflito bipolar, a incerteza acerca do horizonte estabelecido pela diplomacia brasileira ganha contornos ainda mais profundos com a mobilização de parte do discurso empreendido pelos formuladores da PEI frente ao diagnóstico feito pelo autor. Ainda que não faça menção direta ao interlocutor responsável pela afirmação do pertencimento brasileiro ao sistema interamericano e ao chamado mundo Ocidental e cristão, tais concepções estiveram presentes em algumas intervenções realizadas por Afonso Arinos e Jânio Quadros, num sentido defensivo frente às leituras negativas acerca do papel da PEI em relação à posição do Brasil no jogo da Guerra Fria. Desse modo, num misto envolvendo apoio e cobrança, o artigo destacado evidenciava os limites discursivos da Política Externa de Jânio que, em meio às pressões domésticas e sistêmicas, encontrava-se diante de uma dificuldade de afirmação acerca de sua proposta de revisão da inserção internacional do Brasil.

No jornal de Carlos Lacerda, impasses sobre a presença ou não do Brasil no Cairo começariam a ser registrados desde 8 de maio de 1961. Um dia após a divulgação do interesse de Nasser e Tito em contarem com Estados latino-americanos, a edição diária repercutiria a informação de que Brasil não teria sido convidado ao Encontro até aquele momento, condicionando tal afirmação ao chanceler Afonso Arinos (BRASIL..., 1961a). Contudo, no dia 12 de maio, trazia uma nova versão do fato, afirmando que “Fontes oficiais disseram que o Brasil, o México e Cuba estarão representados” (BRASIL..., 1961b, p.05). Chama atenção o fato de tal afirmação não ser proveniente de nenhuma autoridade brasileira, mas originada supostamente de alguma fonte egípcia, tendo em vista a origem de texto junto a uma agência transnacional de notícias com escritório no Cairo. Desse modo, o fluxo de informações acerca das movimentações da diplomacia brasileira não estava condicionado apenas ao que era coletado no Rio de Janeiro ou em Brasília. As repercussões internacionais acerca das movimentações dos ditos Não-Alinhados na direção do Brasil também estavam na base dos esforços de reconhecimento das ações e reações do país frente a tal situação.

Somente na edição de 19 de maio, uma pequena nota publicada na capa da *Tribuna da Imprensa* destacaria a existência de um convite formal para o Brasil, a ser encaminhado pelo novo embaixador egípcio no país:

O novo embaixador da República Árabe Unida, sr. Hussein Ahmed Mustafá, levará dia 28 um convite ao presidente Jânio Quadros para participar da reunião dos países neutralistas, no Cairo, segundo informou a Embaixada da RAU no Brasil (NASSER..., 1961b, p.01).

Antecipando o ato diplomático a ser efetuado pelo novo embaixador do Egito no Brasil, o periódico de Carlos Lacerda reconheceria a existência de um convite formal,

empreendido via Egito, para uma participação brasileira no Encontro. Sem tecer nenhum juízo de valor até então sobre um possível aceite por parte da diplomacia brasileira, um discurso crítico sobre o papel dos ditos Não-Alinhados nas relações internacionais também ocuparia espaço no jornal. Um dia antes da confirmação do convite ao Brasil, o chamado “Encontro Neutralista” foi tema da coluna sobre política internacional, de autoria de Stefan Baciú. Ao chamar atenção para a extensão das ações diplomáticas dos “ditadores de Belgrado e Cairo” na tentativa de angariar apoio no continente africano (BACIU, 1961, p. 05), uma avaliação crítica sobre o chamado Neutralismo se fundamenta a partir de uma leitura negativa sobre sua suposta margem de manobra no plano externo:

Não se deve esquecer que o chamado neutralismo, fabricado pelos comunistas de Belgrado e pelos assessores nazistas do ditador egípcio, foi, para estes países, um negócio altamente rendoso, que jamais constituiu obstáculo ao avanço comunista (BACIU, 1961, p.05).

Se na visão do *Última Hora* o signo do Não-Comprometimento se traduzia no desenvolvimento de uma autonomia possível e desejável no contexto da Guerra Fria, a coluna do romeno Baciú na *Tribuna* desacreditava de tal possibilidade, evidenciando a existência de laços entre os ditos neutros com o comunismo. Filiando-se as perspectivas mais conservadoras sobre a Política Externa, as ideias expressas por Baciú se aproximam da corrente Liberal-Associacionista, descrita por Tânia Manzur (2009). Na visão dessa autora, tal agrupamento se caracterizava pelo reconhecimento do caráter inescapável do conflito bipolar, atribuindo ao Brasil uma posição secundária dentro da aliança Ocidental-Capitalista. Desse modo, tipos de inserção internacional do tipo Não-Alinhado eram encarados como manifestações oportunistas e imorais diante de um conflito multifacetado, no qual não existiria condições de se afastar radicalmente.

Dias antes da confirmação da existência de um convite oficial ao Brasil ser publicada na *Tribuna da Imprensa*, o *Última Hora* avançou em tal discussão ao afirmar categoricamente que o país estaria representado no Cairo. Em 15 de maio de 1961, uma nota sugeria que, por meio de fontes do governo da Indonésia, o Palácio do Planalto confirmaria a presença brasileira no país africano, reforçando o protagonismo de Nasser e Tito na organização da iniciativa e, de certo modo, atribuindo relevância à viagem de Sukarno para tal movimentação. Na perspectiva de apresentação de evidências quanto ao mencionado por fontes estrangeiras, o texto ainda destacou cerca de cinco pontos que fundamentariam um interesse brasileiro em se encontrar junto aos ditos Não-Alinhados em junho de 1961:

- 1) A anunciada decisão do Presidente Quadros de projetar, cada vez mais, a posição do Brasil no cenário internacional;

- 2) Um encontro de países neutros, seria ideal para o Brasil manter um intercâmbio direto com líderes de grande importância no cenário mundial como Nehru, Sukarno, Nasser;
- 3) A possibilidade de maior aproximação com países africanos, os quais deverão comparecer em massa, desde Nkrumah de Ghana até Sekou Touré de Guiné passando pela ocidentalista Libéria e pelos argelinos de Ferhat Abbas;
- 4) O Brasil reformaria ainda mais sua posição de autodeterminação do povo cubano, defendida, intransigentemente por Tito, Nasser, Nehru e Sukarno;
- 5) Os países neutros pretendem levar a América Latina o espírito de Bandung. A conferência dizem eles, seria uma nova Bandung desta feita com a presença da América Latina (JÂNIO..., 1961, p. 04).

Além de se valer de fontes externas para indicar, de forma assertiva, a posição adotada pelo Brasil diante das movimentações dos ditos Não-Alinhados, o texto também apresenta um exercício de racionalização da postura do governo à luz de uma leitura mais geral acerca dos objetivos da PEI e a atuação da diplomacia em diferentes esferas. Deste modo, sem fazer referência a uma possível confusão sobre a natureza das iniciativas de Jânio e a posição do Brasil no contexto de transformação no sistema mundial, a nota avança no sentido de estabelecer certa normalização em relação à tomada de decisão favorável pela participação do Brasil na Reunião do Cairo. Nesse sentido, além de expressar uma reação diante do avanço diplomático dos ditos Não-Alinhados, a participação brasileira favorecia outras movimentações como o processo de aproximação com o continente africano, a posição defendida no contexto da crise do sistema hemisférico após a Revolução Cubana e o universalismo característico da afirmação de um novo tipo de inserção internacional.

Um dia depois, outro texto de opinião repercutiria a confirmação do Brasil. Chamando atenção para o protagonismo de Jânio nessa agenda, um sentido positivo sobre a presença do país no Cairo seria afirmado a partir do estabelecimento de convergência entre a PEI e a iniciativa dos ditos Não-Alinhados. Pelo texto em questão, o caráter “técnico” que supostamente dificultaria uma participação brasileira (O BRASIL..., 1961, p.06), nomeadamente a filiação ao sistema hemisférico, não se sustentaria diante da existência de linhas de aproximação entre a PEI e o chamado espírito de Bandung. Desse ponto de vista, a partir do seu conjunto de princípios e ações, a Política Externa de Jânio adquiriria legitimidade entre os ditos Não-Alinhados no sentido de garantir condições para uma participação brasileira sem constrangimentos (O BRASIL..., 1961). Nesse sentido, a admissão de certa incompatibilidade entre a reivindicação da participação do país no TIAR e um possível engajamento do país em relação ao Não-Alinhamento não encontraria força a partir do *Última Hora*, argumento rechaçado por meio da sobreposição de condicionantes políticas em relação às teses de natureza jurídica.

Ainda no mesmo periódico, o tipo de representação a ser encaminhada ao Egito também foi objeto de destaque. Após a afirmação categórica sobre a presença do Brasil entre os ditos Não-Alinhados, uma pequena nota publicada em 25 de maio daquele ano sugeria um sentido de cautela quanto à posição do país. Além de expressar certa sintonia entre a agenda protagonizada supostamente pela presidência da República e a atuação da chancelaria após tal decisão, o texto sugeriu que o país apenas encaminharia um embaixador na qualidade de observador, segundo Afonso Arinos (ARINOS..., 1961). Distanciando discursivamente o Brasil do chamado Neutralismo, a referência feita ao chanceler cristalizava sua posição diante dos acontecimentos envolvendo os ditos Não-Alinhados, demonstrando uma redução das expectativas de atuação do país no Encontro.

A redução da presença brasileira na condição de observação influenciou em uma pequena mudança na posição do *Última Hora* sobre a movimentação da diplomacia na direção dos ditos Não-Alinhados. Sem deixar de demonstrar simpatia quanto aos rumos mais gerais da PEI, o diagnóstico realizado acerca da tentativa de equilíbrio entre a manutenção de contatos gerais com os Estados autonomistas no Terceiro Mundo e, ao mesmo tempo, o rechaço a qualquer tipo de filiação ao Não-Alinhamento foi o ponto de partida para uma nova avaliação sobre as incertezas existentes na PEB naquele contexto. Tratando do envio de um observador como um gesto indicador de não participação na Reunião dos Não-Alinhados, um texto de opinião sinalizava com a possível derrota tática sofrida pelo Brasil no contexto latino-americano. Afirmando um suposto interesse mexicano em se engajar na ampliação da chamada Terceira Força na América Latina, as inconsistências e a cautela da PEI em diferentes agendas, inclusive na relação com os Não-Alinhados, descredenciariam o Brasil a assumir a condição de liderança na promoção de uma autonomia regional frente aos blocos de poder:

Estamos inclinados a acreditar que, sejam quais forem os aspectos inevitavelmente positivos na política externa brasileira, ela ainda não se reveste de suficiente clareza nas grandes linhas para exercer esta missão de liderança (EMULAÇÃO..., 1961, p. 06).

Longe de assumir um apoio passivo frente à PEI, o processo de construção de sentidos a partir do periódico de Samuel Weiner apresentava também um caráter crítico sobre os rumos da PEB no Governo Jânio Quadros, sinalizando com a necessidade de uma afirmação sólida das principais premissas que norteariam a movimentação autonomista e universalizante das relações exteriores. Assim, se a PEI supostamente corresponderia ao interesse do presidente em neutralizar segmentos da oposição a partir de uma aproximação programática

com premissas defendidas pelos nacionalistas, tal processo não se daria sem contradições e conflitos.

Num ambiente de incertezas e expectativas quanto ao direcionamento político da diplomacia brasileira sobre os Não-Alinhados, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* se engajaram num processo de produção de sentidos sobre a possível participação brasileira na Reunião dos Não-Alinhados no Cairo. Em meio a uma agenda controversa frente as tensões registradas em nível doméstico e sistêmico acerca dos rumos mais gerais da PEB no governo Jânio Quadros, processos distintos de afirmação de posições sobre a PEI foram emitidos pelos dois veículos de Imprensa. Enquanto que no jornal lacerdista o relativo interesse sobre a presença ou não do Brasil no Cairo se traduzia numa elevação de desconfiança e oposição cada vez mais aberta quanto à condução da PEB ao longo dos últimos meses do governo Jânio, o periódico de Samuel Weiner reafirmava sua simpatia para com a PEI, projetando expectativas quanto a produção de um tipo de inserção internacional sólido e de viés autonomista no contexto da Guerra Fria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma das marcas de seu curto mandato presidencial, a PEI de Jânio Quadros ocupou uma dimensão relevante no interior de um quadro de acirramento dos conflitos políticos e sociais. No aparente descompasso entre as características da condução da política interna em relação aos temas externos, suas iniciativas quanto às mudanças mais gerais na inserção internacional a partir de um viés autonomista e universalista se transformaram em objeto de inquietação de diferentes sujeitos que, a partir de posições distintas acerca do lugar a ser ocupado pelo Brasil numa arquitetura política global em transformação, atribuíam diferentes sentidos aos rumos da Política Externa.

Nesse contexto, agendas como os movimentos de aproximação entre o Brasil e os ditos Não-Alinhados foram observadas com atenção, pensadas tanto a partir dos esforços de diagnóstico acerca da natureza da própria PEI quanto em relação a constituição de diferentes vetores de mundialização e multilateralização da PEB. Enquanto expoentes de uma imprensa em transição, periódicos como o *Última Hora* e a *Tribuna da Imprensa* construíram discursivamente diferentes sentidos sobre a possível presença do Brasil na Reunião do Cairo, num jogo envolvendo expectativa, controvérsia e desconfiança. Como marco geopolítico na trajetória coletiva de afirmação de um tipo de inserção internacional emergente no seio do Terceiro Mundo e no possível despertar para a formação de uma iniciativa multilateral

específica, os preparativos para o Encontro e um possível engajamento brasileiro em relação ao tema se tornou um objeto de reafirmação de posições mais gerais sobre a própria PEI.

Sob a administração de Carlos Lacerda até 1961, a *Tribuna da Imprensa* se notabilizou pela atuação militante em favor de teses antinacionalistas e antipopulares, expressando profunda sintonia em relação ao pensamento de seu fundador e possuindo apelo entre segmentos mais conservadores, inclusive em relação a temas de Política Externa. Na materialização da chamada “ilusão udenista”, as edições do jornal sobre as iniciativas de Jânio na Política Externa transitariam entre a expressão de apoio e a promoção de uma oposição gradual, estimulada por mecanismos indiretos e diretos. Em relação à possível presença brasileira no Cairo, a inquietação acerca de tal questão se traduziu na publicação de notas sobre o tema, repercutindo os impasses sobre a confirmação ou não do Brasil entre os ditos Não-Alinhados. Além dos esforços de captação da posição a ser tomada pela diplomacia brasileira, um sentido negativo sobre os ditos Não-Alinhados prevaleceria ao longo do período em questão, analisados criticamente a partir de uma percepção de mundo organizada por uma bipolaridade rígida, na qual não existiria espaço para dissensos autonomistas.

Se desconfiança e inquietação caracterizaram as abordagens da *Tribuna*, um processo de afirmação consciente de apoio à PEI fundamentou a cobertura do *Última Hora* sobre a agenda em questão. Alinhado com as perspectivas nacionalistas e desenvolvimentistas, o periódico em questão demonstrou simpatia frente aos rumos mais gerais da PEB no Governo Jânio Quadros, chamando atenção para a importância de um tipo de inserção capaz de transcender as fronteiras ideológicas do conflito Norte-Sul. Nesse contexto, as movimentações da diplomacia brasileira em direção ao Cairo foram vistas com satisfação, observadas dentro do prisma de afirmação da margem de manobra externa do Brasil.

Entre Brasília e o Cairo, diferentes sentidos sobre a PEI foram construídos a partir de um contexto de divergência quanto aos rumos mais gerais da inserção internacional do Brasil. Nas fronteiras entre a produção de uma autonomia dentro dos marcos geopolíticos da Guerra Fria e a afirmação de um tipo de inserção aproximado com aquele praticado por determinados países subdesenvolvidos, a cautela dos *policy makers* brasileiros também refletia o nível de pressão existente quanto ao futuro da PEB, num ambiente marcado pelo aprofundamento das transformações na atuação externa em meio ao acirramento das contradições sociais, políticas e econômicas dos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ARAÚJO, Braz José. A Política Externa no Governo Jânio Quadros. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon Albuquerque. *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996.
- ARINOS afirma que Brasil pode enviar um observador ao Cairo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 mai. 1961, p.02.
- BACIU, Stefan. Encontro Neutralista. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1961, p. 05.
- _____. *Lavrado*, 98. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BARBOSA, Carlos Alberto Leite. *Desafio Inacabado: a política externa de Jânio Quadros*. São Paulo: Atheneu, 2013.
- BOTTO, Almirante Carlos Penna. *A Desastrosa Política Exterior do Presidente Jânio Quadros*. Petrópolis: Vozes, 1961.
- BRASIL não foi convidado à reunião neutra do Cairo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 8 mai. 1961a, p.04.
- BRASIL, México e Cuba com os neutros. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 12 mai. 1961b, p. 05.
- BRASIL vai ao Cairo mas como observador. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1961c, p.08.
- BRUM, Thiago Pereira Caldas. *Ruptura e continuidade: as correntes historiográficas da política externa independente*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- CAETANO, Daniel. Arinos Fala sobre Cuba etc. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1961
- CATERINA, Gianfranco. *Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)*. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.
- CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1991.
- CONFERÊNCIA dos Neutralistas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1961, p.04.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História*, São Paulo, nº35, p.253-270, dez. 2007.
- DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Política Externa Independente*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010
- EMULAÇÃO Brasil – México. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 30 mai. 1961, p.06.
- FIDELIS, Thiago. El Gobierno de Jânio Quadros por las páginas del periódico Última Hora (UH). *Revista Historia Social y de las Mentalidades*, Santiago (Chile), 25, 2, p.109-126, 2021.
- HEIKAL, Mohamed Hassanein. *Les documents du Caire*. Paris: Flammarion, 1972.
- JÂNIO na Conferência dos Países Neutros. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 15 mai. 1961, p.04.
- LACERDA, Carlos. *O poder das ideias*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1963

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2ªEd. São Paulo: Contexto, 2012.

LIGIERO, Luiz Fernando. A Política Externa Independente (1961-1964). In: _____. *A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes e políticas semelhantes?* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex, 2002.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. *Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964)*. Curitiba: Juruá, 2009

NASSER e Tito organizam conferência. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 6-7 mai. 1961a, p.05.

NASSER manda convidar Jânio. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1961b, p.01.

NEUTRALISMO. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 9 mai. 1961, p. 01.

NIEBUHR, Robert. *The Search for a Cold War Legitimacy: Foreign Policy and Tito's Yugoslavia*. Leiden; Boston: Brill, 2018

O BRASIL e os Neutros. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16 mai. 1961, p. 06.

PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

RICUPERO, Rubens. O breve período da constituição de 1946: do governo Dutra ao golpe militar de 1964. In:_____. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008

ROSA, Rafael Sales. *Diplomacia sob disputa: A política externa independente nas páginas da Tribuna da Imprensa e d'O Estado de S. Paulo (1961-1962)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Mateus José da Silva. *'Das Potências Não-Alinhadas': o Egito e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SOUZA, Ismara Izepe de. Os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo diante da Política Externa Independente (1961-1964). *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.7, n.13, p.366-395, jan./jun. 2018.

TERCEIRA Fôrça e o Brasil. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 mai. 1961, p.06.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004